

1 INTRODUÇÃO:

A transmissão desde a infância da classificação do que é adequado para meninas e meninos, onde à mulher cabe o espaço do lar, enquanto ao homem o espaço público, tem consequência significativa na forma como as pessoas se comportarão na idade adulta. Para Durkheim (1895), a sociologia analisa as formas de pensar, agir e sentir que o indivíduo pratica, acreditando que essas atitudes são naturais, mas na verdade é a sociedade que impõe sobre as pessoas um modo de comportamento e pensamento. Assim, considera-se que o homem e a mulher sejam produtos da sociedade, através de sua precedência histórica (HORITA, 2020).

O histórico do patriarcado e a dominação masculina existem há um tempo considerável, compreendendo que as atitudes do homem com relação à mulher e o seu comportamento são reflexos de seu passado e de como nossos antecessores impuseram um suposto padrão. Isto porque as relações sociais entre homens e mulheres foram construídas num cenário de disputa política, que num primeiro momento histórico privilegiou os homens. Essa narrativa de como e a partir de que o gênero foi construído na sociedade, é também a história da desigualdade, que tem sua continuidade até os dias atuais (CANUTO, 2021).

Muitas mulheres são mantidas na posição de inferioridade diante dos homens, que reafirmam a sua dominação no lar através da submissão feminina mediante coerção, agressão, ameaças, lesões, feminicídio, exploração sexual e objetificação do corpo de sua companheira, enquadrando essas atitudes do fenômeno da violência doméstica como fato social, na visão de Durkheim (1895) em seu estudo sobre o método sociológico.

Apesar dessa realidade, os debates feministas ao longo dos séculos possibilitaram uma nova forma de enxergar a mulher. Desde a idade média, o movimento feminista trava lutas importantes em busca da emancipação feminina. No Brasil, por exemplo, na época do patriarcado marcado pela ditadura, a mulher não tinha voz nem vez, e precisava se submeter aos comandos do homem sobre todos os aspectos de sua vida.

Diante da chegada do feminismo, suas formações e movimentos sociais, as mulheres passaram a ocupar um lugar de conscientização, informação, conhecimento e estudo sobre o seu lugar e quem elas podem “ser”. Algumas vezes essa formação é realizada através de suas histórias de vida, contadas como exemplo de superação e

incentivo. Essas histórias são importantes para empoderar e humanizar, elas têm a capacidade recuperar a dignidade das pessoas, especialmente quando conseguem desmistificar estereótipos, humanizando a sociedade (ADICHIE, 2019).

Nesse sentido, o feminismo é uma dessas palavras odiadas ou amadas na mesma intensidade. Da mesma forma que há quem rejeite seus ideais, existem pessoas que se entregam imediatamente ao que se acredita (TIBURI, 2020). Isso acontece muitas vezes pela ausência de informação, por este motivo o objetivo dessa pesquisa é demonstrar o protagonismo do movimento feminista durante o percurso trilhado na construção do “ser” mulher, desde a vulnerabilidade de sua geração até as conquistas emancipatórias que enfrentaram perante a cultura machista e patriarcal.

2 O PATRIARCADO E SUAS RAÍZES

Na história, na arte, na literatura, nas religiões, na arquitetura, nas ciências, na política, no cinema e na tecnologia sobressaem a voz masculina enquanto sociedade patriarcal. Vivemos em uma realidade pensada, baseada e totalmente construída sobre o homem, que no inconsciente coletivo tem deveres sociais como o sustento do lar, enquanto a mulher ocupa a função de propriedade do “macho” que tem desejos sexuais.

A possibilidade de a mulher olhar para si e escolher com liberdade como quer se comportar ou o que quer ser, ainda hoje é condenada pela sociedade, por haver uma expectativa para definir a constituição do que é homem ou do que deve ser uma mulher. Isso se deve ao patriarcado (ALBANO, 2020). Em grande parte da biografia, essa realidade foi assumida como reflexo da natureza dos sexos, considerada necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie. Ao denunciar a situação das mulheres como efeito dos padrões do machismo, o feminismo passou a ser criticado no mundo patriarcal.

O patriarcado nasce da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (comando). Trata-se de uma expressão ancestral que, com a evolução das sociedades humanas, vem mudando o sentido desde o final do século XIX, onde aconteceram as primeiras demonstrações de conhecimento feminista. Nessa concepção, o termo patriarcado faz referência a uma sociedade onde os homens detêm o poder, sendo sinônimo de dominação masculina e opressão feminina. Mas antes do surgimento dessas

pensadoras feministas, eram chamados de patriarcas os signatários da Igreja, chefes de família que seguiam os autores sagrados (DELPHY, 2009).

Essa hierarquia dos homens foi implantada pelo patriarcado há muito tempo. No pensamento filosófico da Antiguidade grega, Aristóteles (1998) defendeu que “a relação entre o homem e a mulher consiste no fato de que, por natureza, um é superior e a outra inferior; um governante, outra governada”. Há continuidade dessa concepção patriarcal na tradição filosófica do pensamento ocidental. Tratar essa realidade em termos exclusivos ao conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, neutralizando a exploração e a dominação masculina. Essa estrutura situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. Apesar de existirem desdobramentos, a natureza do conceito é sempre a mesma: a lei do chefe de família é que dita as relações (SAFFIOTI, 2015).

Essa forma de pensar, em que pese já ter mudado um pouco nos dias atuais, ainda tem muitas raízes. O pensamento patriarcal é construído de tal modo em nossos processos mentais, que não podemos excluí-lo se não o conhecermos. Quando pensamos sobre o passado pré-histórico das mulheres, estamos tão presos ao sistema explicativo androcêntrico que não conseguimos projetar outros modelos alternativos (LERNER, 2019). É uma espécie de cultura tradicionalista que passa de geração para geração, sem qualquer base teórica.

A ordem patriarcal de gênero pode ser compreendida então como o pacto masculino para garantir a opressão das mulheres, estabelecendo relações hierárquicas no âmbito privado e público, com a superioridade dos homens legitimada por fatores biológicos que capacitam a categoria masculina a controlar o feminino. Nesse sentido, a inferioridade das mulheres vai além da obediência às ordens do patriarca, incluindo também a disponibilidade sexual para prestar-lhe serviços (SAFFIOTI, 2014).

Essa dominação masculina constitui as mulheres como objetos simbólicos, colocando-as em estado permanente de insegurança corporal. Elas existem primeiro pelo homem, para o olhar dos outros, sendo consideradas objetos atraentes e disponíveis. É necessário não somente destacar a hierarquia do homem, mas também a exploração sofrida e vivenciada pelas mulheres (BOURDIEU, 2019).

Essa superioridade dos homens é fruto do sistema de crenças denominado machismo, que aceita essa hierarquia e age na reserva da masculinidade para si, atuando contra as pessoas que discordam do posicionamento. De acordo com esse pensamento, os comportamentos foram programados especificamente para cada sexo: enquanto a feminilidade é um caráter exclusivo das mulheres e não pode ser manifestada por homens, a masculinidade só pode ser exercida pelos homens (TIBURI, 2020).

Em contraponto a essa verdade, ainda que com inúmeras dificuldades de enfrentamento aos estereótipos e falta de conhecimento, à medida que a teoria feminista e os movimentos de mulheres avançam, maiores são as possibilidades de transformação e evolução desse pensamento arcaico, posteriormente conhecido como Patriarcado Contemporâneo¹ (SAFFIOTI, 2015).

Na perspectiva dos estudos sobre o feminismo, as abordagens sobre o conceito de patriarcado, em sua maioria, são controversas e conflituosas, com inúmeras linhas interpretativas divergentes, que carecem de coerência teórica. Mirela Morgante (2014), citando Christine Delphy, afirma que para a corrente socialista, a opressão das mulheres se deve ao capitalismo e seus beneficiários são os capitalistas. Enquanto isso, as radicais dizem que a opressão feminina se deve ao sistema patriarcal e seus beneficiários são os homens como categoria social.

Apesar de não haver consenso entre as correntes teóricas, a falta de concordância conceitual não diminui a necessidade do uso da palavra patriarcado para analisar como começou a discriminação das mulheres. Esse sistema do patriarcado está profundamente enraizado na cultura ocidental e nas instituições formadas a partir dos processos de colonização, possuindo uma estrutura de verdades absolutas, produzidas na forma de discursos, eventos e rituais, baseando-se sempre na ideia repetida de haver diferença entre gêneros, bem como superioridade masculina, inferioridade das mulheres e outros pensamentos limitados (TIBURI, 2020).

Durante a República, a autoridade da igreja sobre os matrimônios foi separada do Estado através da instituição do casamento civil. Entretanto, o divórcio ainda não era possível, porque a legislação definia a mulher como incapaz e dependente do pai ou do

¹ Expressão denominada por Lia Zanotta Machado como alternativa para situar historicamente o patriarcado, considerando as complexas transformações na relação de gênero na sociedade.

marido. Na condição de casada, era necessário autorização do esposo para viajar, receber herança, trabalhar ou adquirir patrimônio. Essa realidade só mudou em 1962, quando entrou em vigor o novo código civil, o qual encerrou a tutela dos maridos sobre as esposas (BEZERRA, 2020).

A década de 60 foi marcada pelas discussões sexuais, provocando movimentos populares e organizações feministas, que falavam sobre o surgimento dos anticoncepcionais. Entretanto, esses avanços foram interrompidos com o início da ditadura militar no Brasil, que impediu toda e qualquer manifestação ou direito de associação (BEZERRA, 2020). Nesse período ditatorial, marcado por vinte e um anos de repressão e violência, o feminismo adquiriu visibilidade enquanto movimento político por questionar relações de poder, desigualdades e hierarquias que definiam a mulher como inferior ao homem. Inúmeras ativistas foram silenciadas, torturadas e violentadas por tentar exercer o seu direito à democracia, por isso alguns nomes são desconhecidos pela história (PITANGUY, 2018).

A ditadura militar no Brasil representou um período de autoritarismo político, violação dos direitos humanos e censura à liberdade de expressão. A tomada do poder pelo governo autoritário teve como reflexo a prática de tortura, assassinatos, repressão armada, perseguições e outras práticas de violência.

Nesse contexto, surgiram movimentos sociais com o objetivo de reivindicar a democracia e defender os interesses da coletividade (WOITOWICS, 2009). Apesar dos retrocessos e opressões, muitas mulheres lutaram contra a ditadura militar, tanto na resistência pacífica das passeatas quanto no movimento armado da Guerrilha do Araguaia², tendo como consequência a prisão, a tortura e o exílio.

As mulheres que enfrentaram o período ditatorial no Brasil tinham uma característica em comum: desafiavam o papel tradicionalmente concedido ao feminino, assim como fizeram as sufragistas³ da Primeira República. A participação delas em movimentos, sindicatos, partidos políticos e grupos reflexivos, ocupando um lugar que

² Combate entre guerrilheiros comunistas e as forças armadas brasileiras, ocorrida entre os anos de 1972 e 1974.

³ As sufragistas são consideradas as primeiras ativistas do feminismo entre o fim do século XIX e o início do século XX, e ficaram conhecidas por iniciarem em vários países democráticos do Mundo o movimento a favor do direito ao sufrágio (voto) para as mulheres, sancionado no Brasil somente em 1932.

normalmente era dominado pelos homens, demonstrava o objetivo de derrubar o regime da época. Com o advento da Democracia no país, após a Constituição da República de 1988, a igualdade jurídica entre homens e mulheres foi incorporada pelo governo, trazendo como reflexo o aumento da escolarização feminina.

Apesar de o século XXI ter inovado nas preocupações com o corpo da mulher, a diversidade e a liberdade sexual, racial, o questionamento da maternidade como obrigação e outros tópicos, são ideais que confirmam que o patriarcado ainda está presente no mundo inteiro, podendo ser facilmente detectado através da predominância masculina em todas as estruturas de poder, tanto na esfera pública quanto na privada, bem como nas diferenças salariais entre gêneros, onde a mulher é discriminada com salários inferiores aos do homem, mesmo ocupando função idêntica.

Por este motivo, o incentivo à formação feminista é cada vez mais necessário. Diante de todas essas opressões, vejamos a seguir como ocorreu o surgimento do movimento feminista...

3 O NASCIMENTO DO FEMINISMO E SEUS ESTEREÓTIPOS

A história de como o feminismo surgiu é pouco conhecida e sua bibliografia possui alguns desencontros, contudo compreende-se de maneira geral que feminismo chegou em meados do século XIX para contribuir na produção da teoria política, construindo uma crítica que vincula a submissão feminina na esfera doméstica e sua exclusão do âmbito público, questionando a discriminação de gênero e abrindo portas para a conscientização das mulheres e da sociedade (BIROLI, 2014).

Em 1979 ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres, tendo como resultado a consolidação de inúmeros grupos feministas por todo o país, que iniciaram as lutas dirigidas como os clubes de mães e os congressos de mulheres em atos públicos, ganhando espaço para discussão de temas como o direito ao corpo e a sexualidade. Esses movimentos reconheceram a necessidade das mulheres em serem ouvidas pela população, tendo como objetivo denunciar as violações e mobilizar a defesa de direitos (WOITOWICZ, 2009).

O fortalecimento do movimento feminista provocou conquistas: maior representatividade política das mulheres, direito ao parto natural, amamentação em

lugares públicos e o fim de uma cultura que impõe à mulher o lugar de submissão em relação ao homem, adaptando-se à nova dinâmica da sociedade (BEZERRA, 2020). O feminismo passou a ser sinônimo de liberdade, respeito e expressão da subjetividade das mulheres que não compactuam com os sistemas de dominação e hierarquização do poder.

O movimento feminista contribuiu muito para uma considerável ampliação da área política, fazendo com que entrassem na esfera do discutível ou contestável objetos e preocupações afastados ou ignorados pela tradição, por parecerem pertencer à ordem do privado (BOURDIEU, 2019). Como iniciou a participação das mulheres nessa corrente, a importância da conscientização sobre igualdade que promovem e os reflexos dessa discussão serão retratados na seção a seguir, onde discutiremos o surgimento do movimento feminista e suas vertentes.

A formação feminista traz um universo complexo de análise, assumindo diversas frentes. De maneira geral, a intenção é buscar igualdade entre homens e mulheres, no sentido de enfrentar o sexismo e combater as raízes do patriarcado, que estão naturalizados no corpo social, tendo como pilar a interseccionalidade.

O percurso do feminismo enquanto movimento pode ser dividido em quatro grandes momentos, que começam discretamente com o seu surgimento e aos poucos tomam uma proporção maior, demonstrando maior visibilidade nos anos de 1830, 1870, 1920 e 1970 (HOLLANDA, 2019).

Esses momentos de grande articulação foram comparados a ondas, e por esse nome ficaram conhecidos, tendo em vista não se restringirem a um único espaço geográfico, apresentando uma perspectiva mais global. A primeira dessas ondas, de um ponto de vista mais genérico, formou-se na segunda metade do século XIX, em países diversos, impulsionando demandas até o começo da I Guerra Mundial, quando muitas mulheres foram obrigadas a lidar com a devastação e os problemas gerados pelo contexto da luta armada (ZIRBEL, 2021).

Enquanto político e intelectual, foi considerado filho indesejado da Revolução Francesa e definido pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública. A principal característica dessa onda inicial do feminismo foi identificada como a luta pela isonomia e o direito ao voto da mulher (MIGUEL, 2014).

O pensamento feminista foi trazido para o Brasil ainda na primeira onda por Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma potiguar que despertou uma consciência crítica sobre a condição das mulheres na sociedade através da publicação de suas obras: *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), *Conselhos à Minha Filha* (1842), *Opúsculo Humanitário* (1853) e *A Mulher* (1856). A autora traduziu para a língua portuguesa o clamor que vinha da Europa, trazendo as ideias para o contexto nacional, pensando nas mulheres do Brasil (MOURA, 2018).

No contexto brasileiro, o segundo momento de expressão feminista surgiu na década de 70, durante a época mais radical da ditadura militar, através de mulheres que passaram pela experiência do exílio, onde saíram de suas residências na tentativa de evitar o autoritarismo existente (WOITOWICZ, 2009).

A fuga representava a necessidade de sobrevivência frente à dominação masculina e as violências física, psicológica, política e econômica sofridas desde essa época. Não existia outra opção para a manutenção da vida, senão ir embora.

No âmbito dessas primeiras manifestações de inconformidade com a dominação masculina, as mulheres reivindicavam o direito básico de ler e escrever, que até então era exclusivo dos homens no Brasil. A expressão feminina surge por volta de 1870, caracterizando-se pelo alto número de jornais e revistas feministas que questionavam a tutela masculina e lutavam pela emancipação das mulheres e seus direitos, denunciando sempre a opressão e a insensibilidade masculina por não reconhecer os direitos femininos ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto.

A imprensa se tornou uma rede de apoio, configurando-se como instrumento indispensável para a conscientização feminina (HOLLANDA, 2019). A década de 1920 marcou a terceira onda do movimento feminista com a organização das mulheres através da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com o objetivo de conquistar um lugar no mercado de trabalho nos ramos do comércio, nas indústrias, nos hospitais, nas repartições.

Além disso, em 1927 foi aprovada uma lei que dava o direito ao voto às mulheres no Rio Grande do Norte, provocando um manifesto nacional para que as mulheres do país inteiro tivessem o mesmo direito.

Nos anos 1970 o feminismo teve sua quarta onda, marcada pela exuberância da luta contra a discriminação, alterando costumes e transformando direitos reivindicados. Organizações, congressos e eventos deram visibilidade às reflexões necessárias para conscientização política e melhoria nas condições de trabalho. Por iniciativa da ONU, 08 de março foi declarado o dia da mulher (HOLLANDA, 2019).

A partir dos anos 1990, o movimento passou por um período conhecido como pós-feminismo, sofrendo com a acomodação da militância e o arrefecimento da história, permitindo a saída dos holofotes e diluindo-se em meio aos estudos culturais. Mesmo assim, no Brasil, a luta continua por maior representatividade política, direito ao parto natural, amamentação em lugares públicos, aborto e o fim da subordinação ao homem. Esse seria um breve resumo das supostas ondas do pensamento feminista.

A pretensão é enxergar o feminismo de maneira multifacetada, a partir de uma categoria universalizante, plural e receptiva, valorizando várias vozes e sendo diálogo para situações problematizadoras.

Chimamanda Ngozi Adichie (2019) afirma que as mulheres são ensinadas, desde a infância, a se encolherem para tornarem-se ainda mais pequenas. Elas escutam que podem ter ambição, mas não muita; que se devem ansiar para serem bem sucedidas, mas não muito, caso contrário essa intenção poderia ameaçar a dominação do homem.

Por serem do sexo feminino, espera-se que as mulheres almejem o casamento e façam as escolhas da vida tendo sempre em mente que o matrimônio é mais importante que tudo. Mas não acontece o mesmo com os meninos. As meninas, desde cedo, são criadas para a concorrência da atenção dos homens. E ser feminista significa caminhar no sentido inverso dessa realidade, acreditando na igualdade entre os sexos (ADICHIE, 2020).

No Brasil, o feminismo é uma palavra que desperta resistência, preconceito e discriminação. Essa reação é desencadeada por pessoas que se posicionam contra o movimento que transformou a imagem da mulher feminista em sinônimo de mal-amada, machona, feia, contraponto à ideia do feminino na integralidade (HOLLANDA, 2019).

Desde aquela época, pelo receio de serem rejeitadas ou rechaçadas socialmente, algumas mulheres que participaram do primeiro momento de luta feminista

no Brasil não quiseram afirmar para si o título de feminista, mesmo tendo lutado durante anos por sua emancipação, por acreditarem ser um grande risco de fugir do que foi estabelecido pela natureza (MOURA, 2018).

Esses estereótipos são ideias generalizadas, utilizadas para pré-definir alguém. O feminismo é um exemplo de estereótipo que precisa ser desmistificado, para que sejam desfeitos os mitos criados pelas ideias do patriarcado, que não condizem com o significado verdadeiro (ADICHIE, 2020).

Nessa perspectiva, a formação feminista propõe a emancipação da mulher através da conscientização, da libertação sobre os sujeitos de sua realidade. Essa prática permite a utilização de estratégias de superação do estado de submissão, sugerindo vivências e experiências coletivas para uma melhor compreensão de empoderamento, buscando reflexões e intervenções (SANTOS, 2010). Assim, o feminismo surge como um movimento de libertação das mulheres da opressão patriarcal.

4 DA VULNERABILIDADE À EMANCIPAÇÃO

Na época do patriarcado, a união de mulheres não era possível por ser considerada um ato de traição. Hoje em dia a empatia que proporciona nossa sororidade é fruto de um objetivo único: proteger os direitos e evitar a discriminação da mulher. Isto porque o verdadeiro sentido do feminismo é exatamente a luta das mulheres em adquirir direitos iguais, através da consciência coletiva para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Essa noção equivocada carrega o pressuposto de que todos os espaços femininos seriam ambientes em que o patriarcado e o pensamento sexista estariam ausentes (hooks, 2020).

Usado para salvaguardar a negatividade que se deseja atribuir às mulheres no sistema patriarcal, o feminismo nos leva à luta de todas, todes e todos. Todas porque são mulheres que levam a luta adiante. Todes pela libertação provocada para que as pessoas se identifiquem da maneira que preferirem, abrindo espaço para expressões de gênero. Todos porque batalha por humanidade, considerando que as pessoas definidas como homens também precisam ser incluídas em um processo democrático, modificando o que o mundo machista nunca pretendeu realizar (TIBURI, 2020).

Nesse mesmo sentido, Valéria Veiga (2021) entende que o feminismo pode ser definido como um movimento que visa acabar com a hierarquização do sexo e do machismo, bem como a desigualdade entre homens e mulheres. Como exemplo, a autora cita a necessidade de a mulher não depender financeiramente do homem, que o corpo feminino não seja violado ou maltratado, tendo a escolha de qual tipo de relacionamento a mulher deseja para a sua própria vida.

A sociedade tenta impor um determinado padrão de comportamento para as mulheres, fazendo com que estas se preocupem constantemente sobre o que vão fazer, usar, vestir, falar, etc. Esse tipo de bloqueio emocional prejudica a autoestima, os relacionamentos, a personalidade e as ações cotidianas. É necessário que haja união para mudar definitivamente essa cultura enraizada, que tem como consequência a limitação das mulheres e a sua insegurança (VEIGA, 2021).

Essa união proporcionada pelo feminismo, destrói as armadilhas mortais dos dispositivos, estimulando o empoderamento feminino, tornando as mulheres sujeitos de transformação, arautos da liberdade, extintoras de evidências patriarcais (SWAIN, 2017).

Esse empoderamento é resultado do pensamento feminista e pode ser conceituado enquanto consciência coletiva das mulheres, que não aceitam ser inferiorizadas pelos homens, não aceitam o machismo imposto pela sociedade, buscam igualdade entre os gêneros e praticam a sororidade. Sororidade é a relação de irmandade, união, afeto ou amizade entre mulheres, assemelhando-se àquela estabelecida entre irmãs, que compartilham os mesmos ideais e propósitos, normalmente de teor feminista, sendo caracterizada por apoio mútuo evidenciado (VEIGA, 2021).

Bell hooks (2020), por outro lado, compreende que a sororidade feminista fundamenta-se no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a sua forma. É uma espécie de solidariedade política entre mulheres, que enfraquece o sexismo e prepara o caminho para a derrubada do patriarcado.

A união, o empoderamento, a sororidade e a fortaleza dessas mulheres na luta por um espaço igualitário algumas vezes são prejudicadas por um fenômeno denominado por Valéria Veiga (2021) como a “síndrome da impostora”, que funciona como um boicote ou autossabotagem às oportunidades de conquistas das mulheres, fazendo elas

acreditarem em uma crença limitante que diz não ser real o merecimento, provocando questionamentos e uma incansável luta para provar sua capacidade.

Ainda que as raízes do pensamento da sociedade tenham origem em um contexto histórico preconceituoso e cheio de estereótipos a serem vencidos, faz-se necessário partilhar conhecimento para que as novas gerações tenham acesso aos verdadeiros significados da luta pela democracia. Uma das maneiras de propagar a igualdade é através do feminismo, necessário a homens e mulheres que desejam conhecer o amor, porque sem o pensamento e a prática feminista não existe base necessária para criar laços.

Quando se compreende que o amor é fundamentado em respeito e aceitação, cuidado, responsabilidade e comprometimento, entendemos que não pode haver amor sem justiça. Assim, o amor pode nos transformar e dar forças para que tenhamos capacidade de nos opor à dominação (hooks, 2020).

Escolher práticas feministas é também decidir pelo amor. O feminismo ultrapassa barreiras e limitações, defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas. Ele tem como objetivo se tornar uma fonte de esperança para a humanidade (ARRUZZA, 2019). É um chamado para o diálogo e a luta. Aceitá-lo é uma questão de inteligência sociopolítica e amor ao mundo (TIBURI, 2020).

A escritora bell hooks destaca a importância do pensamento de Angela Davis, autora consagrada por obras que refletem essa luta, quando disse certa vez que todos têm que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo, e isso precisa ser feito o tempo todo.

Nesse sentido, apesar de ser em uma proporção ínfima diante dos desafios, o presente estudo representa a tentativa de contribuir com esse movimento de mudança. Independente do posicionamento político de uma mulher, seja conservador ou liberal, o feminismo pode fazer parte do seu estilo de vida. As mulheres não nascem com a formação intelectual, mas são formadas através de adesão por escolha e ação ao pensamento (hooks, 2020).

No que toque especificamente aos estudos da teoria feminista, é necessário reivindicar a teoria como prática dentro de uma estrutura de ativismo libertador. É preciso

chamar atenção para a importância de criar uma teoria capaz de dialogar com o movimento feminista, intensificando a oposição ao sexismo e à opressão.

A conversa teórica é mais significativa quando convida as leitoras ou espectadoras a se engajarem na reflexão e prática do feminismo, por isso os limites da sala de aula muitas vezes não são tão eficazes quanto as conversas informais e troca de experiências entre mulheres, que torna possível a transformação feminina, o empoderamento, a sororidade e o conhecimento. O testemunho pessoal é um terreno fértil para a produção de um feminismo libertador, que capacita e fortalece a base da teorização.

Existe muita produção de textos teóricos sobre o feminismo, sua história, criação, evolução, ondas, fases, intérpretes, entre outros. Contudo, somente uma pequena parte desse público se preocupa em falar diretamente com as mulheres sobre de que maneira suas vidas podem ser transformadas através de uma conversão entre a teoria compreendida e a prática necessária dos ideais (hooks, 2014).

A formação feminista tem como objetivo a construção de mulheres autônomas, que contribuam com o processo de transformação da sociedade em prol da equidade de gênero, possuindo uma ação pedagógica embasada na compreensão das relações de poder e suas respectivas construções socioculturais históricas. Através desse entendimento torna-se viável analisar os papéis pré-estabelecidos para mulheres e homens na sociedade, conhecendo a origem das dificuldades enfrentadas pelo feminino e permitindo a desconstrução de estereótipos.

Essa preocupação com a formação da mulher não é de hoje. A luta por escolarização é fruto de uma das primeiras bandeiras de luta do movimento feminista: o direito à educação formal. A militância feminina começou exatamente com o propósito de poder conhecer a realidade das coisas e do mundo, confrontando a cultura patriarcal ancorada na ciência androcêntrica, que considerava as mulheres seres inferiores (MONTENEGRO, 2015).

Nas sociedades regidas pelo patriarcado-racismo-capitalismo, as escolas ensinam o que é determinado pelas classes dominantes. Esses conteúdos autoritários visam à preservação das posições de mando. Contudo, tendo como um dos objetivos da sua linha de raciocínio desenvolver a solidariedade no lugar da competição, a amizade no lugar da rivalidade e o amor no lugar do rancor, a formação feminista busca estabelecer

justiça social através da promoção da igualdade no tratamento das mulheres, para que sejam capazes de trocar, dar e receber (SAFIOTTI, 1987).

Nesse sentido, as mulheres foram capazes de provocar as mudanças desejadas a partir dos próprios papéis tradicionais de mãe, filha, irmã e esposa, sem a necessidade de lançar mão dos seus cargos profissionais para isto. O questionamento das práticas ditatoriais existentes vem sendo realizado através das vivências específicas, que podem enriquecer de forma significativa com o processo educativo de outras mulheres (SAFIOTTI, 1987).

Integrar o pensamento à vida cotidiana é sempre um desafio, entretanto, esse estudo acredita nesta perspectiva. Quando uma mulher conta a sua história de superação, inspira outras a saírem das prisões domiciliares que muitas vezes se submetem e lutarem em busca de sua liberdade, tornando assim uma corrente do bem para a concretização da emancipação do “ser” feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o questionamento originário desta pesquisa, que trouxe a proposta de entender como o feminismo teve implicações na vida daquelas que defendem a sua teoria, foi possível concluir que o percurso trilhado pela história do movimento das mulheres responde a pergunta de maneira satisfatória, tendo em vista a evolução da realidade nos últimos tempos, que destacam a formação feminista como fator diferencial no cotidiano das atividades desempenhadas, afirmando a necessidade de aliar a compreensão teórica à conscientização da sociedade.

Para o alcance dessa resposta, narramos primeiramente o histórico do patriarcado e suas raízes de cultura machista. Depois reproduzimos o surgimento do feminismo e suas vertentes, na atuação de desconstruir estereótipos. Por fim, demonstramos a evolução da vulnerabilidade feminina até o alcance da emancipação e, conseqüentemente, a conquista de sua liberdade para “ser” mulher, especialmente com o intuito de enfrentar os padrões sociais machistas.

Esse estudo pode contribuir para que outras mulheres percebam a importância da atuação feminista, conscientizando e educando através da pesquisa. Com base nos resultados, pode ser concluído que a formação feminista não se trata de um momento ou

preparação específica. Ela consiste na evolução coletiva, social, política e moral que acontece de forma constante, através da prática de atitudes e princípios como respeito, igualdade e liberdade, que são transmitidos e acontecem em todos os ambientes pela união e empatia das mulheres.

Se houvesse uma formação contínua acerca dos direitos humanos das mulheres, bem como sobre a necessidade de tratamento igualitário e respeitoso, o combate à discriminação de gênero e todos os demais aspectos e princípios trazidos pelo movimento feminista, desde a educação primária e até o ambiente universitário, talvez não fosse necessária a preocupação trazida por esta pesquisadora em conscientizar adultos sobre os conceitos básicos de liberdade, igualdade, respeito e empatia.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução: Christina Baum – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALBANO, Jorgelina. **Sapatos vermelhos são de puta**. Tradução Marcia Blasques. Bauru,SP: Editora Astral Cultural, 2020.
- ARRUZZA, Cinzia; FRASER, Nancy; BHATTACHARYA, Tithi. **Feminismo para os 99%**. Um manifesto. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEZERRA, Juliana. **Feminismo no Brasil**. In: Toda Matéria 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/feminismo-no-brasil/>. Acesso em: 23/10/2021.
- BIROLI, Flavia. **Gênero, conservadorismo e democracia: disputas e retrocessos**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina. A condição feminina e a violência simbólica**. Tradução: Maria Helena Kuhner – 15ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- CANUTO, Érica. **Princípios especiais da Lei Maria da Penha e a garantia dos direitos fundamentais da mulher em situação de violência doméstica e familiar**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2021.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).
- DELPHY, Christine. **Patriarcado**. In: HIRATA, et all. *Dicionário crítico do feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2009.
- HEILETH, Saffioti. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Bhuvi Libanio. 14 ed – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- HORITA, Clari Ana. **A epistemologia de Durkheim através da violência doméstica como fato social**. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/revistacabore/article/view/4021/482483823> .
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução: Luiza Sellera – São Paulo: Cultrix, 2019.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTENEGRO, Sandra. **Pedagogia feminista: o caso do programa de formação sociopolítica “cidadania e direitos das mulheres”**. Disponível em: [https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/PINTO%3B+MONTENEGRO+-+2015.2.pdf/23615f84-4942-4544-aa96-a6e13e3dff02#:~:text=De%20acordo%20com%20Silva%20\(2010,prol%20da%20equidade%20de%20g%C3%AAnero.](https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/PINTO%3B+MONTENEGRO+-+2015.2.pdf/23615f84-4942-4544-aa96-a6e13e3dff02#:~:text=De%20acordo%20com%20Silva%20(2010,prol%20da%20equidade%20de%20g%C3%AAnero.)

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas.

MOURA, Nayara Aparecida. **A primeira onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894)**. Revista da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v.2, n.2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/article/view/241600/32722>

PITANGUY, Jacqueline. **Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: memórias para o futuro**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular. Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Ana Célia de Sousa. **Pedagogia feminista na construção de uma “alternativa de gênero”**. In *diásporas, diversidades, deslocamentos*. 2010.

SWAIN, Tania Navarro. **Quem tem medo de Foucault: feminismo e a destruição das evidências**. Brasília, 2017.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 14ª ed: Rosa dos tempos, 2020.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. **O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo**. Dossiê gênero, feminismo e ditaduras. Ano X, n.21, 2º Semestre 2009, ISSN 1518-4196. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/3574/2833> .

ZIRBEL, Ilze. **Ondas do feminismo**. Blog de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia. V. 7, N. 2, 2021. ISSN: 2526-6187. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/> ,